



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAZ DE AGUIAR

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2023
(Processo Administrativo nº 63173.001645/2023-07)

Torna-se público que o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e demais legislações aplicáveis.

ANEXOS: A) Documento de Formalização da Demanda; e
B) Termo de Referência.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente Dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de 01 (uma) auditoria de recertificação no Sistema de Gestão da Qualidade com base na Norma ABNT NBR ISO 9001:2015, com o objetivo de manter a sua confiabilidade sendo certificado por Organismos Certificadores credenciados e acreditados o que contribui para o fortalecimento da missão (Atuar na área do Ensino Profissional Marítimo, formando, adaptando, aperfeiçoando e atualizando o pessoal das categorias profissionais da Marinha Mercante) e visão de futuro (Manter-se reconhecido pela comunidade acadêmica e marítima mundial) desta Organização, situado a Av. Arthur Bernardes, 245 - Pratinha, Belém - PA, 66816-900.

1.2. A relação de itens contratados consta no Termo de Referência.

2. CONTRATANTE

2.1. A União, por meio do CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAZ DE AGUIAR, inscrito sob o CNPJ nº 00.394.502/0173-81.

3. CONTRATADA

3.1. RINA Brasil Serviços Técnicos Ltda, CNPJ nº 68.773.597/0009-06.

4. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

4.1. A formalização da demanda, que qualifica o objeto a ser contratado, está devidamente demonstrada nos autos do processo.

5. INSTRUÇÃO E ANÁLISE JURÍDICA

5.1. Para a presente contratação direta, a manifestação jurídica é dispensável, conforme conclui a nota nº 306/2021/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU:

“(…)entende-se pela manutenção da Orientação Normativa nº 46 da Advocacia-Geral da União, que dispensa a manifestação jurídica nas contratações de pequeno valor, na vigência dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21 e da Instrução Normativa/ME/SEGES nº 67/21 que disciplina

a dispensa de licitação na forma eletrônica. Outrossim, destaca-se, que continua a critério da autoridade, o envio para análise dessas contratações nos casos em que houver dúvida jurídica devidamente circunstanciada, ou em caso de inexistência de minuta de Contrato padronizada que atenda a contratação almejada.”

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor do objeto em questão será custeado à conta de recursos orçamentários oriundos Orçamento Geral da União, disponibilizados no Plano de Ação 2023, de acordo com a seguinte descrição:

Fonte de Recursos : 1052A00073;

Programa de Trabalho: 05.363.6011.2510.0001;

Elemento de Despesa: 339039; e

Plano Interno: L.402.01.0.0.1.33.

7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

7.1. O cumprimento dos requisitos mínimos de habilitação e qualificação da contratada encontram-se dispostos nos autos do processo, no Termo de Referência.

7.2. Conforme consta da IN nº 67/2021 SEGES/ME, Art. 20:

*Art. 20. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, (...), somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da **regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.***

8. RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

8.1. Regem os §§ 4º e 5º, do Art. 7º, da IN nº 65/2021 SEGES/ME:

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a **estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.**

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

8.2. Portanto, em posse dos preços obtidos através de solicitação formal a fornecedores do mercado, e com fulcro nos dispositivos supracitados, foi realizada a seleção da proposta vencedora concomitantemente à estimativa de preços, sendo a empresa RINA Brasil Serviços Técnicos Ltda, CNPJ nº 68.773.597/0009-06, empresa que apresentou proposta com maior vantajosidade econômica e adequação ao objeto pretendido em sua proposta, conforme documentos anexos a este processo.

8.3. O valor estimado para aquisição do objeto qualificado no Termo de Referência totaliza o valor de R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais), incluindo os pagamentos diretos e os encargos sociais.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PREÇO

9.1. De acordo com o inciso II, do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, por ocasião do processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, o valor estimado da despesa deverá ser calculado nos termos do art. 23 da referida lei, conforme abaixo:

“Art. 23 – O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

9.2. Portanto, os preços e procedimentos de estimativa apresentados no Termo de Referência atendem aos requisitos do dispositivo legal.

10. DO CONTRATO

10.1. De acordo com o inciso I, Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, o instrumento de contrato não é obrigatório para contratações diretas:

“Art. 95 – O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;”

10.2. Assim, o contrato será substituído pela nota de empenho de despesa vinculado expressamente à proposta e termos do Termo de Referência.

11. REFERÊNCIAS

- a) Lei nº 14.133/2021;
- b) Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;
- c) Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;
- d) Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022; e
- e) Nota nº 306/2021/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada neste Termo.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Belém, PA, 20 de novembro de 2023.

Marcia Cristina Monteiro Ferreira
Funcionária Civil
Assessora de Gestão e Controle Interno

13. RESOLUÇÃO

13.1. Em face dos fatos acima descritos e em consonância com as necessidades apresentadas por este Centro de Instrução, considero **DISPENSÁVEL** a licitação para a aquisição do objeto em lide, conforme especificado no Termo de Referência e na proposta de preços da empresa RINA Brasil Serviços Técnicos Ltda, CNPJ nº 68.773.597/0009-06, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

14. ATO DE APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO

14.1. Aprovo este Termo de Justificativa de Dispensa Eletrônica nº 07/2023.

Belém, PA, 21 de novembro de 2023.

MARCIO BRAGA DE SOUZA
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesa